

CNPJ. 01.598.970/0001-01  
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO



**PARECER JURÍDICO SOBRE A MINUTA DO EDITAL E DO CONTRATO**

**LEGISLAÇÃO: LEI 10.520/02, DECRETO LEI 3.555/00/ LEI 10.024/2019/ ART. 38, E PARÁGRAFO  
ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93.**

**Processo Administrativo: 047/2023**

**Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO**

**Objeto: Registro de preços para eventual e futura Aquisição de Barracas e tendas Sanfonada e Piramidal, para atender as necessidades do Município de Senador La Rocque – MA**

**RELATÓRIO**

Foi Requerido ao Secretário, que iniciasse o Processo Administrativo nº 047/2023, em 17/03/2023, autorizando, para abertura de Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** objetivando a contratação por Registro de preços para eventual e futura Aquisição de Barracas e tendas Sanfonada e Piramidal, para atender as necessidades do Município de Senador La Rocque – MA

À vista da necessidade comprovada da referida licitação, para a contratação acima especificada, o Senhor Prefeito Bartolomeu Gomes Alves, autorizou a abertura do Processo Licitatório requerido.

Face à autorização e autuação do Processo Licitatório na modalidade **Pregão**, na Forma **Eletrônica**, uma vez elaborada e confeccionada a Minuta de Edital de Licitação, regulando as normas e procedimentos a serem observados para realização da referida Licitação (art. 40 da Lei nº 8.666/93), obedecendo ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, obedecerá integralmente às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, e Decreto nº 10.024/2019, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 008/2021, Decreto Municipal nº 010/2021 - SRP aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar nº 123/2006 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 011/2021 e demais normas pertinentes à espécie, bem como as condições estabelecidas nesta Minuta de Edital e seus anexos. Vieram os autos do Processo de Licitação conclusos à assessoria jurídica do Município da Prefeitura Municipal de Senador La Rocque, Estado do Maranhão, para **PARECER**.

**EXAME**

Observa-se que o Processo Licitatório em questão objetiva a contratação de empresas, na modalidade **Pregão**, na **Forma Eletrônica - SRP**, haja vista enquadrar-se monetariamente, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 8.883/94, bem como o Decreto Lei 3.555/00 e a Lei nº 10.520/02, e Decreto nº 10.024/2019, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 008/2021, Decreto Municipal nº 010/2021 – SRP, dentre os limites estabelecidos para este tipo de licitação.



Por outro lado, autorizado e atuado o Processo Licitatório, deu-se à confecção e elaboração do Edital Convocatório, que nos termos do art. 40 da Lei nº 8.666/93; art. 4º, X da lei 10.520/02 e art. 8º, V do Decreto Lei 3.555/00, dita as regras e procedimentos a serem adotados pela Administração e observados pelos Licitantes para a realização da Licitação.

Analisando o Edital bem como seus anexos tais como, minuta do contrato, constantes do Processo Licitatório, vislumbra-se possuir o mesmo todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pela Lei nº 8.666/93, segundo a redação constante dos art. 38 e 40.

### CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, observadas as normas estatuídas pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.883/94, Decreto nº 3.555/00 e Lei 10.520/02, e Decreto nº 10.024/2019, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 008/2021 e Decreto Municipal nº 010/2021 - SRP presente os requisitos indispensáveis à realização de Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, **OPINO** para os fins de manter o Edital de Convocação e a Minuta do Contrato de Licitação, por conseguinte a Licitação que tem por objeto a Registro de preços para eventual e futura Aquisição de Barracas e tendas Sanfonada e Piramidal, para atender as necessidades do Município de Senador La Rocque – MA.

Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Senador La Rocque, Estado do Maranhão, em 23 de março de 2023.



Dr. Valteval Silva Sousa- OAB/MA 14.590  
Assessor jurídico do Município (Port. nº 40/2021)